

Delegado tenta explicar como chopp vira dinheiro

O delegado Élzio Vicente da Silva explicou como a palavra “chopp” vira “dinheiro” em relatórios da Polícia Federal para conclusões de interpretação de interceptação telefônica. O delegado, que já comandou investigações como a da Operação Anaconda – deflagrada para desmontar suposto esquema de venda de sentença – prestou declarações à CPI do Grampo na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (21/5).

De acordo com Élzio Vicente, as interpretações são feitas no bojo de toda a escuta e não separadamente e descontextualizadas, além de serem apoiadas em outras provas da investigação. “A apuração a partir de várias técnicas forma o convencimento da Polícia no relatório entregue ao juízo”, afirma. O delegado afirmou, ainda, que algum eventual equívoco que possa ser cometido na interpretação pode ser corrigido pelo delegado que conduz o caso e, em um segundo momento, pelo juiz da causa e pelo Ministério Público.

Logo no início da sessão ele pediu para que seu depoimento fosse a portas fechadas. A deputada Marina Maggessi (PPS-RJ), que também é policial e já esteve na mira do delegado, provocou o convidado que tratou de fugir das perguntas e negar respostas apoiado no sigilo que envolve a operação em discussão, alvo das indagações da parlamentar. O interesse girou em torno da Operação Hurricane (Furacão em inglês) que pretendeu desmontar esquema que beneficiaria operadores do jogo ilegal no Rio de Janeiro e foi presidida pelo delegado. “Aqui não é lugar para tratar de questões sub judice”, argumentou o delegado.

No âmbito dessas investigações juízes, advogados e delegados foram presos. Pessoas foram tomadas como suspeitas porque, segundo Marina Maggessi, a palavra chopp foi interpretada como dinheiro na escuta. A palavra voto também teria sido interpretada como dinheiro para incriminar a própria parlamentar na mesma operação.

O relator da CPI, deputado Nelson Pelegrino (PT-BA), ressaltou a preocupação da comissão com interpretações de escutas nos relatórios de investigações da PF. “Um Mário pode virar um Ali e um Calmon pode virar Caetano. Isso pode se transformar em prova”, disse. O presidente da CPI, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) engrossou o discurso: “Existem edições que induzem a erros em cadeia e levam a conclusões absurdas”.

Perguntas e respostas

A deputada Marina Maggessi (PPS-RJ) garante que quer novamente a presença de Élzio na CPI, mas não como convidado e sim como depoente, condição em que não poderá mentir ou deixar de responder, a menos que o delegado se assegure de liminar do Supremo. “Ele não quis falar nada porque eu vacilei. Eu convidei ao invés de convocar. Se ele fosse convocado teria de jurar dizer a verdade. Agora eu vou convocá-lo”, disse a deputada.

Durante o depoimento do delegado na CPI a deputada pediu que ele explicasse diversos procedimentos utilizados pela Polícia Federal, mas o delegado contornou. “Ele sabia onde eu queria chegar. Ele induziu

o juiz a erro. Eu queria entender como ele resolve achar que chopp é dinheiro”, afirma a deputada. “Não é só o Élzio, falo de outros delegados também. Eles não induzem só o Judiciário a erro, eles induzem os jornalistas e toda a população”, completou Marina Maggessi.

Élzio Vicente da Silva responde a ação promovida pelo juiz paulista Ali Mazloun. O juiz foi acusado de envolvimento na Operação Anaconda, mas todas as denúncias que sofreu foram arquivadas no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça. Por isso ele processou o delegado e o acusa de lançar imputações sem investigação, de agir com imperícia, imprudência e má-fé.

Date Created

21/05/2008